



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações do órgão de controle interno.



SUMÁRIO

SOBRE ESTE RELATO	1
MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	3
CREMESE	3
Organograma	3
Ambiente Externo	4
Modelo de Negócios (Cadeia de Valor).....	5
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	7
Estrutura de Governança	9
Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas	10
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	11
Atuação da unidade de auditoria interna.....	12
Atuação da Comissão de Tomada de Contas (CTC)	12
Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	12

RESULTADOS DA GESTÃO.....	13
ALOCÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	17
Gestão Orçamentária e Financeira	17
Gestão de Pessoas.....	18
Gestão de Licitações e Contratos	20
Gestão de Tecnologia da Informação	20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
Balanço Patrimonial.....	22
Balanço Orçamentário	24
Balanço Financeiro	28
Demonstrações do Fluxo de Caixa	31
Demonstrações das Variações Patrimoniais	32
Notas Explicativas	34
Declaração do Contador.....	39

SOBRE ESTE RELATO

Bem-vindos.

O objetivo do nosso relatório anual é demonstrar aos cidadãos e órgãos de controle os esforços do CREMESE para dar cumprimento aos seus objetivos institucionais, bem como os principais valores e resultados alcançados. Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e foram aprovados pela Comissão de Tomada de Contas, Diretoria e Plenário, órgão colegiado de governança do Conselho.

O Relatório de Gestão do CREMESE está assim estruturado:

-  Mensagem do Presidente
-  Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
-  Planejamento Estratégico e Governança
-  Gestão de Riscos e Controles Internos
-  Resultados da Gestão
-  Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão
-  Demonstrações Contábeis

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Jilvan Pinto Monteiro
Jilvan Pinto Monteiro
Presidente do CREMESE
Gestão 2018 - 2021

As novas demandas sociais têm provocado uma significativa mudança na forma de atuação dos conselhos de fiscalização profissional. E dessa regra não se furta o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe – CREMESE.

Inicialmente voltado ao registro profissional dos médicos e à aplicação de sanções por violação do Código de Ética Médica, o CREMESE viu, paulatinamente, suas competências se alargarem, o que exige, para além da estreita observância das normas constitucionais e infraconstitucionais que regem a Administração Pública, um alinhamento com as mais atualizadas e modernas práticas de governança, como forma de assegurar a plena satisfação dos interesses públicos envolvidos. Dentro desse contexto, o Relato Integrado para o relatório de gestão do ano de 2018 surge como uma importante ferramenta para aprimorar o sistema de prestação de contas públicas a que o Conselho, enquanto autarquia submete-se.

Por meio do monitoramento de seus indicadores, busca-se racionalizar a utilização dos recursos públicos que mantêm o órgão. Garante-se, assim, maior transparência e credibilidade das informações, o que se traduz no fortalecimento do controle social e da noção de *accountability* pública. Com isso, permite-se o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo CREMESE em sua área de atuação, os quais, direta ou indiretamente, refletem-se na melhoria das condições de trabalho dos profissionais submetidos a sua fiscalização e normatização e dos atendimentos à população por eles assistida. E os resultados já começaram a ser colhidos. Desde o início da atual gestão, em outubro/2018, houve um aumento bastante sensível no número de fiscalizações empreendidas nos estabelecimentos de saúde localizados no Estado de Sergipe, propiciando a correção de diversas não conformidades que impactavam no resultado final dos serviços prestados pelos médicos e postos à disposição dos cidadãos. A interdição ética empreendida nos Hospitais Municipais Zona Norte – Dr. Nestor Piva – e da Zona Sul – Desembargador Fernando Franco, ambos localizados no Município de Aracaju, é um desses exemplos. Justamente por conta dessas vitórias, houve um estreitamento no canal de comunicação com os órgãos de controle, como o Ministério Público, o que agiliza o processo de tomada de decisões e adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

O CREMESE também tem envidado esforços para conferir maior agilidade, celeridade e eficiências aos processos que visam a apurar e impor sanções éticas aos médicos infratores, ao tempo em que tem reforçado os procedimentos de orientações nessa seara a toda a categoria. Outrossim, o Conselho vem trabalhando para ampliar os investimentos nos cursos de educação médica continuada, cuja adesão, de estudantes a profissionais, aumenta paulatinamente.

O desafio é consolidar e estender tais ações num contexto de grave crise econômica como a que assola o país. Eis o compromisso da Diretoria do CREMESE – Gestão 2018/2021.

Boa Leitura!

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CREMESE

Somos uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público. Criada por meio da Lei nº 3.268/1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58 e alterações posteriores, nossas competências legais e institucionais estão definidas em Regimento Interno.

Nos termos da legislação em vigor, possuímos, dentre outras finalidades, a de registrar, orientar, julgar e fiscalizar o exercício da profissão médica, abrangendo o trabalho individual e o institucional público e privado, inclusive toda a hierarquia médica da instituição que preste direta ou indiretamente, assistência à saúde.

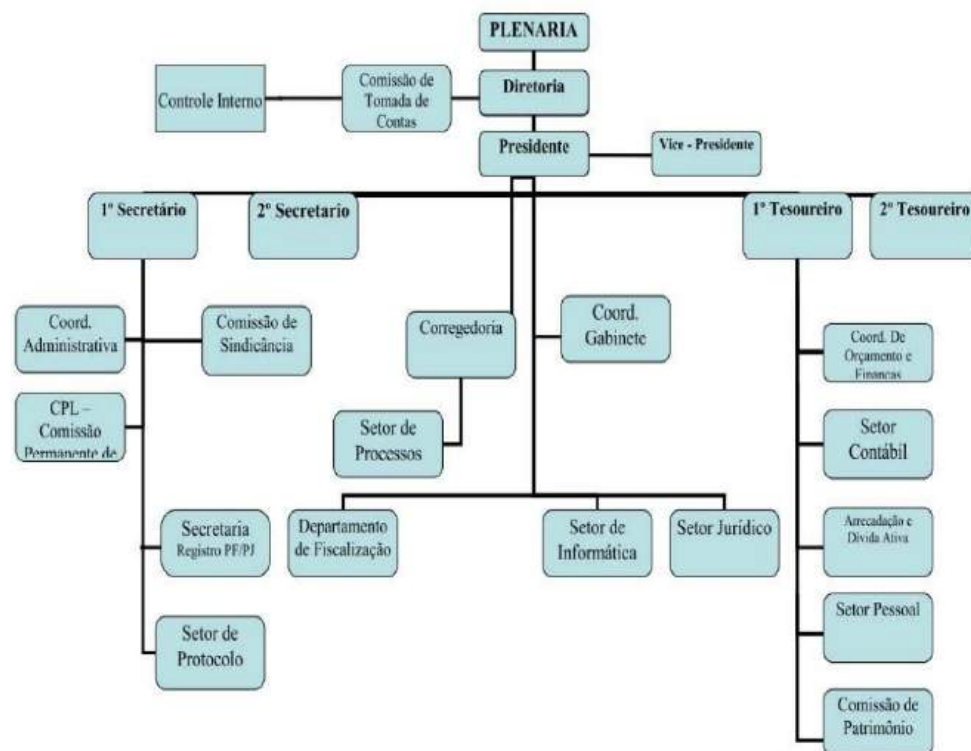
Missão

Promover o bem-estar da sociedade, cumprindo as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina e demais atribuições instituídas por lei, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecida como uma entidade atuante na fiscalização do exercício profissional e das prestadoras de serviços médicos, e que contribui para o pleno exercício da profissão médica na região.

Organograma



Além da estrutura administrativa, o CREMESE é constituído pela Assembleia Geral, composta por todos os médicos inscritos que estejam no pleno gozo de seus direitos.

Ambiente Externo

O ano de 2018 foi marcado pela crise do desemprego e a lenta recuperação da economia do País. A piora nas expectativas do mercado veio na esteira da greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e das incertezas políticas e eleitorais. Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,1%, repetindo o desempenho do ano anterior. Um efeito colateral dessa estatística é a perda de espaço do Brasil no cenário mundial. A taxa de desemprego caiu ao longo do ano e chegou a 12,3% atingindo menor percentual em relação ao mesmo período em 2017 (12,7%). Apesar da sucinta queda do desemprego, são 12,2 milhões de brasileiros desempregados no país, além de 6,9 milhões de subocupados em dezembro de 2018.

Em relação à saúde pública, o Brasil sofre com o mau gerenciamento e da falta de investimentos financeiros no decorrer dos últimos anos. Em 2018, apenas 3,6% do orçamento do Governo Federal foi destinado à saúde, enquanto a média mundial é de 11,7%. Como resultado, temos um sistema em colapso, na maioria das vezes insuficiente e com pouca qualidade para atender a população. Os principais desafios da saúde pública no Brasil são a falta de médicos e distribuição desigual entre capital e interior, quantidade de leitos insuficientes, falta de investimentos financeiros e grande espera para atendimento para consultas e exames, podendo o prazo de espera no SUS ultrapassar 06 meses.

Apesar do contexto recessivo, o CRM/SE aumentou em 5% no número de registros profissionais, considerando o acumulado dos anos de 2017 e 2018. Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória decrescente nesse período, passando de uma média de 17,9% em 2017 para 15% em 2018, resultante do aumento de número de vagas das faculdades de medicina em Sergipe que passaram de 160 vagas em 2015, para 320 vagas em 2017.

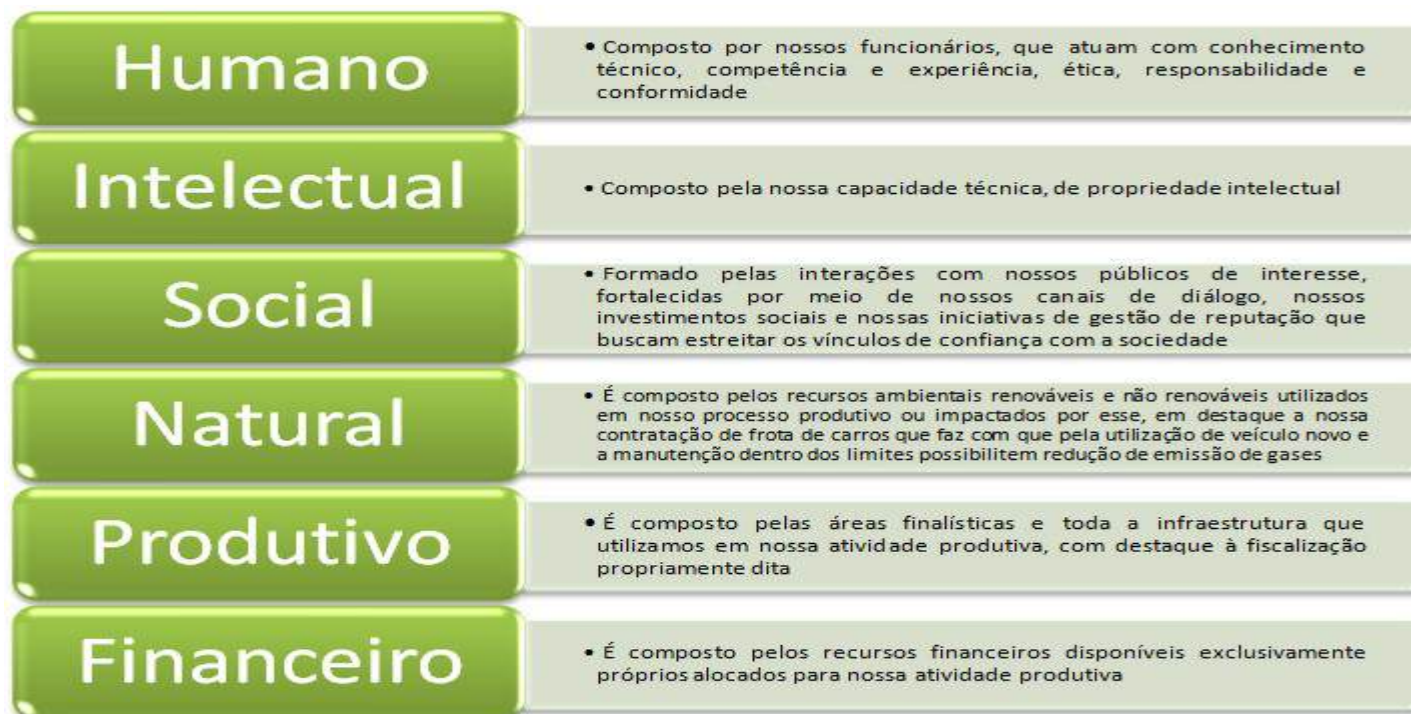
Mesmo diante do aumento de faculdades de medicina no país e, consequentemente maior número de profissionais no mercado de trabalho, o País sofre com a centralização dos médicos nas capitais, enquanto os municípios mais afastados sofrem com a falta de médicos. Entre as causas deste cenário, está a excessiva concentração de faculdades de medicina nas capitais, a falta de infraestrutura para a prática médica nas cidades do interior, as dificuldades de reciclagem e aperfeiçoamento fora dos grandes centros e o afastamento do mercado de trabalho na região nativa do profissional. Por este motivo, o CFM acredita que a solução passe pela implantação do plano de carreira do médico do SUS semelhante à de promotores, juízes e militares. Desta forma, o médico recém-contratado é mandado para o interior com a certeza de melhores salários e um retorno à capital após alguns anos. A proposta tinha sido discutida anteriormente, mas não foi adiante no congresso nacional.



Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

O nosso modelo de negócios é a representação de como a instituição gera e entrega valor, por meios das nossas atividades, a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos para os seus profissionais (internos e externos), empresas e sociedade em geral.

À medida que mapeamos os recursos utilizados no processo produtivo, classificamos inicialmente em seis categorias seguindo o modelo de capitais apresentado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) e posteriormente em três grandes grupos. Assim, nossos capitais representam os insumos e são impactados pelas nossas atividades no processo de geração de valor.



Em nossa cadeia de valor, os processos das atividades dividem-se em três grupos: finalísticos, de suporte e gerenciais.

FINALÍSTICOS: são aqueles processos essenciais e que representam as atividades que uma organização desempenha para cumprir sua missão. Por isso eles têm relação direta com o cliente.

SUORTE: os processos de suporte são aqueles que oferecem suporte para os processos primários, ou seja, são os processos que agregam valor ao produto final, mas que, por se tratarem de procedimentos internos, o cliente não os vê diretamente.

GERENCIAIS: São os processos estabelecidos para coordenar e controlar as atividades da empresa. Ou seja, os processos gerenciais garantem que os processos primários e os processos de suporte estejam sendo bem executados e traçam planos para a continuidade das operações. Esses processos também não agregam valor direto ao cliente, mas estão presentes antes, durante e depois do processo.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Planejamento Organizacional 2018 foi elaborado a partir da análise dos resultados finais ou parciais obtidos nos projetos contidos no plano de ações 2017, das orientações recebidas do CFM, das recomendações e deliberações do Plenário e da Diretoria do CRM/SE. Todos os objetivos visaram especificamente:

- Finalização da reforma e ampliação da sede para adequação da estrutura física.
Ação: retomada do início das obras com a assinatura de novo contrato;
- Intensificação da fiscalização, promovendo vistorias nos estabelecimentos de saúde.
Ação: criação das funções de agentes fiscais e ampliação do setor;
- Criação da Defensoria Dativa para proporcionar sustentação oral em julgamentos em grau de recurso ao médico que for considerado “revel” nos processos éticos.
Ação: contratação de defensores dativos, conforme Chamamento Público;
- Ampliar a visibilidade da profissão médica, melhorando em qualificação e influenciando sua formação através do Programa de Educação Médica Continuada.
Ação: Criação da Comissão de EMC e estabelecimento de cursos mensais com ampliação para estudantes de medicina;
- Melhorias nos serviços prestados com aperfeiçoamento do parque tecnológico, treinamento e aperfeiçoamento de funcionários.
Ação: compra de novos computadores e adoção de softwares modernos.

A nossa missão será concretizada por meio da execução das ações propostas, derivadas das diretrizes e prioridades estabelecidas. Diante dos recursos humanos e orçamentários disponíveis, a gestão da entidade optou pela estratégia de execução de modo progressivo e seletivo, em médio e longo prazo, para a realização dos objetivos estabelecidos. O planejamento estratégico em construção, gestão 2018-2021, tem seus pilares fundamentados na estratégia definida e relaciona as 17 metas estabelecidas como objetivos estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em 5 perspectivas estratégicas: Serviços; Pessoas; Finanças; Sustentabilidade e Comunicação e Relacionamento.



PILARES	SERVIÇOS	PESSOAS	FINANÇAS	SUSTENTABILIDADE	COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO
OBJETIVOS MACROS	• Promover a atualização dos sistemas e renovação do parque tecnológico	• Ampliar as ações de fiscalização e atendimento no Estado • Fomentar programas de educação continuada • Integralização da equipe interna (conselheiros, funcionários e terceirizados)	• Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do CREMESE	• Estabelecer metas baseadas em uma ideia de progresso aliado a uma atuação responsável	• Atuar como fator de proteção da sociedade • Firmar parcerias estratégicas • Elevar a percepção do valor da profissão médica perante a sociedade
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	• Oferecer a melhoria contínua do atendimento prestado ao público alvo • Adequar e dar celeridade aos procedimentos sindicantes e processuais • Integrar o profissional à plataforma digital do CREMESE • Garantir qualidade e confiabilidade nos procedimentos administrativos	• Modernizar os procedimentos de atendimento ao público • Ampliar o Programa de Educação Médica Continuada • Reavaliar estrutura de comunicação interna • Implantar avaliação de desempenho; fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais	• Ampliar a receita e otimizar as despesas • Melhorar a gestão e avaliação dos projetos	• Economia de papel e redução no uso de descartáveis • Compra de equipamentos mais econômicos • Adequação da sede às normas de acessibilidade • Moderação do impacto ambiental nas atividades de fiscalização com a redução da emissão de CO2	• Divulgar as condições de trabalho e as dificuldades do exercício da profissão • Aproximar o CREMESE do Poder Judiciário, do Ministério Público e Órgãos de Vigilância na busca de apoio técnico e legal para ações do Conselho • Fortalecer e ampliar a relação do CREMESE com instituições representativas da Sociedade e que atuam na defesa e promoção da Saúde

Estrutura de Governança

O CREMESE é um órgão colegiado composto por 40 conselheiros eleitos entre médicos do estado de Sergipe e dois indicados pela Associação Brasileira de Medicina/AMB, totalizando 42 membros, com mandato de cinco anos de representação. Para a consecução de seus objetivos, o Conselho é dividido em Assembleia Geral, Plenária, Diretoria, Corregedoria, Departamento de Fiscalização, Comissão de Tomada de Contas, Outras Comissões, Câmaras Técnicas e Serviços, conforme atribuições constantes no Regimento Interno de 2010.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria, e suas competências estão listadas no art. 27 do Regimento Interno.

DIRETORIA

Presidente



Jilvan Pinto Monteiro

Vice - Presidente



Rika Kakuda da Costa

1º Secretário



Gustavo Melo Moura

2º Secretário



Renato Amorim dos
Santos

1º Tesoureiro



José Elerton Secioso de
Aboim

2º Tesoureiro



José Eduardo de Assis
Dantas

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas

O CREMESE disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão e através destes recebe os mais diversos tipos de informações, sugestões, críticas, reclamações e documentos dos seus usuários. Porém, em relação aos indicadores, O CREMESE não possui indicador para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

Central de Atendimento Telefônico e ramais: todos os setores e servidores possuem sua linha telefônica para fins de orientação e esclarecimentos sobre os diversos assuntos. Apenas informações sobre processos éticos-profissionais, por serem sigilosos, não podem ser divulgados, isto é, somente as partes envolvidas e presencialmente podem solicitá-las.

Horário de Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 07h às 17h ininterruptamente.

Telefone: (79)3212-0700 e ramais.

Atendimento Presencial: Além do atendimento telefônico, o CREMESE disponibiliza o atendimento presencial (em seu endereço provisório), mediante senha, ou por correspondência.

Endereço Provisório: Rua Minervino Souza de Fontes, 150 Bairro Salgado Filho CEP: 49020-430 Aracaju/SE.

Portal CREMESE: O CRM/SE disponibiliza seu site (www.cremese.org.br) – disponível 24h, que dispõe de todas as informações sobre os serviços prestados, emissão de documentos e boletos de pagamento, atualização de endereços, informações da área médica, eventos, entre outras.

Contatos eletrônicos (e-mail): Os e-mails são divulgados via site visando diminuir a distância entre o cidadão e os serviços prestados.

Portal da Transparência: O Portal da Transparência é o link constante no site do CREMESE onde são divulgadas diversas informações e a utilização dos recursos públicos arrecadados.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão: Canal onde são divulgadas as informações pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato, bem como os relatórios sobre a Lei de Acesso a Informação.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos é fundamental para a entrega dos resultados da Entidade de uma forma mais segura. Objetiva avaliar a execução ética das atividades exercidas no âmbito interno e externo, bem como a segurança de forma econômica, eficiente e eficaz das operações financeiras, buscando a proteção do patrimônio.

Atualmente no CREMESE, pela ausência do Planejamento Estratégico, a Gestão de riscos é conduzida de forma descentralizada pelas diferentes áreas, os principais riscos levantados são:

Riscos	Consequências	Ações
Desatualização do Manual de Procedimentos (internos e externos)	Falta de orientação adequada	Fornecer cursos internos para reciclagem Atualização do Regimento Interno e Instruções Normativas através de Comissões
Desaparelhamento de pessoal	Dificuldade no atendimento das demandas e descumprimento de atividades em tempo hábil	Constituição de Comissões e realocação de mão-de-obra
	Sobrecarga de trabalho	Realização de concurso público para contratação de servidores
Ausência de assessoria de imprensa	Perda de espaço midiático e equívocos das informações	Realização de processo licitatório para contratação dos serviços de imprensa
Falha no controle de prazos	Impactos negativos de ordem financeira e na reputação da Entidade	Implantação de ferramentas de controle Capacitação e atualização profissional
Desatualização de Estrutura (tecnológica e de segurança)	Perda de dados por atuação de hackers	Implantação de serviços via web e novos sistemas eletrônicos
	Insatisfação dos usuários dos serviços	Reforma e ampliação da Sede Aquisição de softwares Renovação do Parque Tecnológico
Falta de comunicação entre setores	Descentralização de resultados	Criação de Políticas de Comunicação e realização de reuniões frequentes

Atuação da unidade de auditoria interna

O Setor de Controle Interno do CFM realiza auditorias anuais em todos os Regionais, no intuito de avaliar a adequação das operações e os controles internos utilizados no acompanhamento de suas atividades, bem como verificar a correta aplicação dos recursos financeiros e oferecer suporte técnico para o cumprimento das determinações legais e regimentais. O CREMESE não possui Auditoria Independente.

Atuação da Comissão de Tomada de Contas (CTC)

A Comissão de Tomada de Contas é composta por 03 membros eleitos pelo Plenário, por período igual ao mandato da Diretoria. Suas competências estão elencadas no Regimento Interno do CREMESE e entre as atividades exercidas encontramos o acompanhamento da execução orçamentária e o exame da proposta orçamentária anual. Mensalmente, a Comissão emite relatório sobre as contas e submetem o resumo ao Plenário para aprovação.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

No âmbito administrativo, quando verificado qualquer ato ilícito ou indisciplinar cometido por colaboradores da entidade, é instaurado o processo administrativo disciplinar (PAD) para averiguação/investigação dos atos e

apuração de responsabilidades com base nos fatos levantados nos processos administrativos oriundos da conduta funcional.

As situações identificadas são apuradas pela Comissão que realiza os trabalhos no prazo de 60 a 120 dias e ao final emite parecer e sugestão de encaminhamento à Diretoria e Plenária de acordo com os fatos levantados. Essa comissão é composta por um presidente e dois membros que podem ser substituídos a qualquer tempo, considerando o vínculo ou o interesse no processo em relação ao arrolado.

PAD 2018				
Processos Instaurados	Nº	Tipificação	Situação	Penalidade
02	01/2018	Insubordinação e desídia	Julgado	Suspensão por 15 dias
	02/2018	Inexecução contratual	Em andamento	-

Em relação à Corregedoria, área responsável pelo recebimento de denúncias e consultas, a correição é realizada no início de cada ano, sendo analisadas as Sindicâncias e os Processos por ordem cronológica, observando o prazo prescricional e o tempo de tramitação dos mesmos, a fim de evitar possível prescrição por cinco anos ou por paralisação há mais de três anos. O sistema de informação dos dados (SIEM/SAS) é devidamente alimentado quanto às Sindicâncias e aos Processos.

RESULTADOS DA GESTÃO

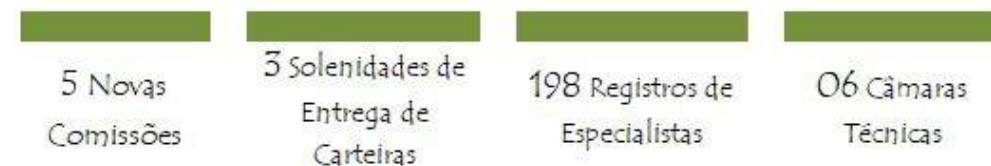
Neste capítulo serão apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo CREMESE em relação aos objetivos estratégicos finalísticos pactuados.

Destacamos que o CREMESE, órgão relativamente pequeno, com orçamento em 2018 em 6 milhões de reais, e em um cenário de eleições internas e gerais apresentou resultados de impacto no exercício. Criamos as Comissões de Divulgação de Assuntos Médicos, de Controle de Diretor Técnico, do Jovem Médico, Educação Médica Continuada e, administrativamente, a criação da Comissão de Regimento Interno e Planejamento Estratégico. Redefinimos as Câmaras Técnicas de Especialidades, órgãos de assessoria técnica do CREMESE, que objetiva dar suporte e orientação nas análises de sindicâncias e consultas, bem como outros assuntos que envolvam as diversas especialidades médicas. Instituímos o papel do Defensor Dativo em respeito ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, uma vez caracterizado a revelia do denunciado em processo ético. Criamos as funções de Fiscais de Diligências, com o intuito de dar maior celeridade às atividades de fiscalização, resultando em maior segurança à sociedade, através da garantia de atendimentos por médicos e entidades devidamente aptos e regularizados. Implantamos o modelo de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, solução extrajudicial de conflitos que envolvem direitos de ordem coletiva, firmada apenas quando houver indícios de infração de pequena monta ao Código de Ética Médica (CEM).

A Educação Médica Continuada visa ministrar cursos de atualização profissional, educação preventiva e outros mecanismos de orientação visando à prevenção de erros médicos, propiciando mais segurança e eficácia na atuação do profissional e na qualidade do atendimento aos pacientes. O projeto é de extrema importância, pois possibilita aos médicos o acesso a conteúdo científico atual, de forma gratuita e dinâmica. Trata-se de uma valiosa contribuição à classe médica, que democratiza o acesso ao conhecimento desenvolvido em centros de referência e beneficia diretamente a assistência à saúde da sociedade.



Em 2018, investimos R\$19.800 mil no programa, ainda é um valor reduzido, considerando a contrapartida doada pelo CFM, porém o CREMESE continua em sede provisória de pequeno porte e não detém espaço adequado, dependendo da agenda de parceiros para a realização dos cursos, além disso, em agosto ocorreram as eleições regionais e o programa sofreu interrupção no mês de setembro para mudança de Gestão. Com a criação da Comissão de Educação Médica Continuada, no final do ano, a nova Diretoria se comprometeu em realizar os cursos mensalmente e incluir a participação de estudantes de medicina no último ano de curso, bem como aumentar a divulgação através das redes sociais e folders nas instituições médicas.



O Setor de Fiscalização é o departamento responsável pela execução de inspecionar o exercício da profissão e os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, para subsidiar o CREMESE na apuração de denúncias.

O agente executor da ação fiscalizadora é o médico fiscal, reconhecido formalmente como autoridade pública, com prerrogativas e deveres estabelecidos, que objetiva avaliar, acompanhar, emitir relatórios e pareceres técnicos sobre o serviço ou profissional objeto da fiscalização. O CREMESE atualmente possui no quadro de funcionários apenas 01 médico-fiscal, tendo em vista que o segundo pediu afastamento do cargo por mandato eletivo em 2017. Desde então, para suprir as necessidades da UPC, o Corpo de Conselheiros atua nas fiscalizações do Estado para dar andamento às atividades.

Desde a sua criação, o Setor tem enfrentado desafios cada vez mais complexos, já que o número de escolas de medicina e estabelecimentos de saúde aumentou consideravelmente nos últimos quatro anos. Para auxiliar as atividades do Setor, em 2018 criamos 03 funções de agentes de diligência, que são os responsáveis pelo andamento administrativo e realizando diligências complementares para dar suporte ao Coordenador da Fiscalização. O CREMESE conta com dois veículos para dar suporte às atividades de fiscalização e recebeu o auxílio do CFM no valor de 75 mil para a renovação da frota, porém a aquisição será concluída em 2019.



Além de atuar na fiscalização das condições de trabalho, na prevenção dos problemas no atendimento médico e na luta pela melhoria do ensino e da educação médica, o CREMESE tem a prerrogativa legal de receber denúncias, apurar os fatos e julgar profissionais. Independentemente de processos na justiça, o médico denunciado está sujeito à apuração da denúncia que segue o seguinte fluxo:

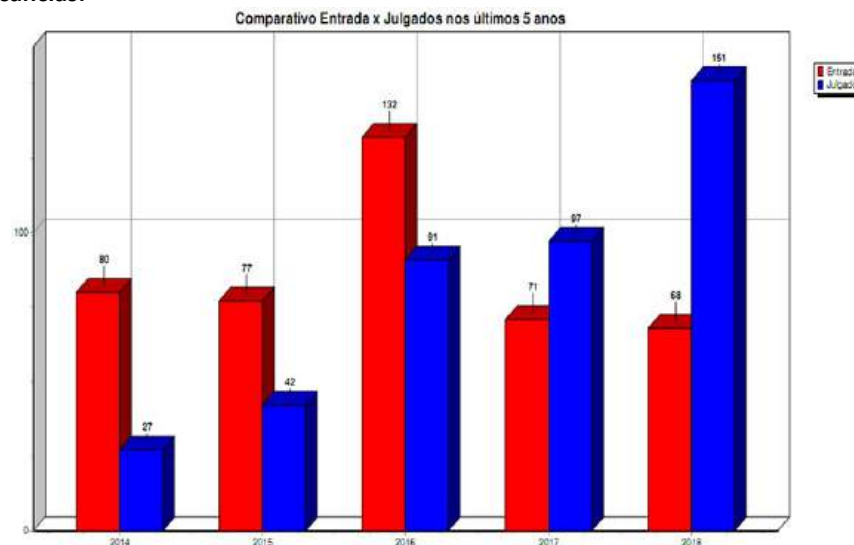


Na fase de julgamento, realizado pelas Câmaras de Julgamento, os Conselheiros decidirão pela inocência ou culpa do médico e o resultado deve ser homologado pelo Conselho Federal de Medicina. Caso seja culpado, o acusado tem amplo direito de defesa e do contraditório. Em 2018, tivemos os seguintes dados:

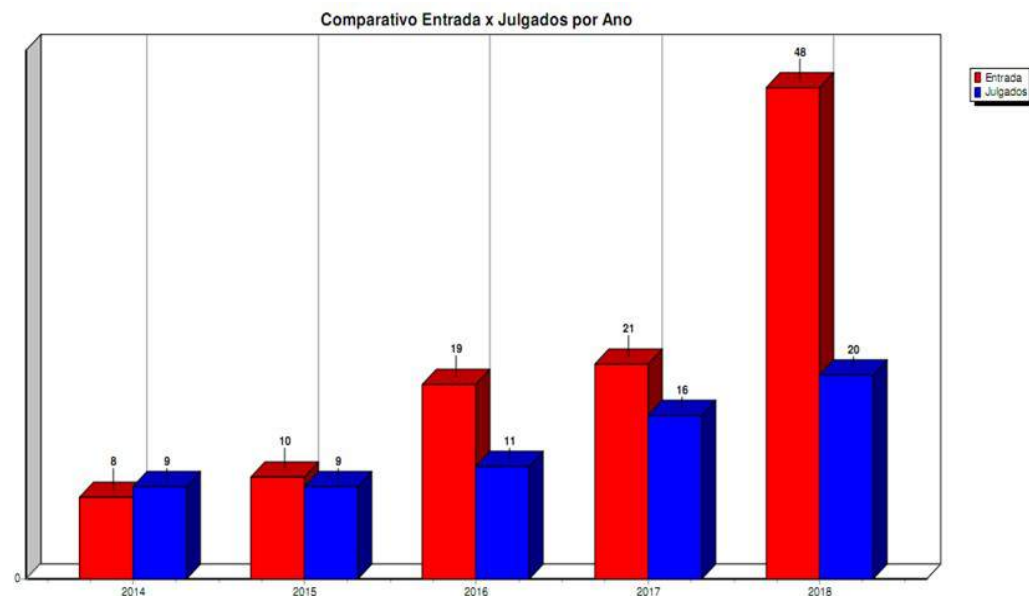


Das 151 Sindicâncias julgadas nas Câmaras, 103 tiveram decisão de arquivamento e 48 tiveram decisão de Instauração de PEP. Dos 20 Processos Ético-Profissionais julgados no Pleno, 30 médicos foram julgados, 21 tiveram decisão de absolvição, 02 tiveram decisão de Advertência Confidencial, 02 tiveram decisão de Censura Confidencial, 03 tiveram decisão de Censura pública, 01 teve a decisão de suspensão do exercício profissional até 30 dias e 01 teve a decisão de anulação do processo. A seguir, apresentamos comparativo das Sindicâncias, Processos Ético-Profissionais e Processos Consultas dos últimos 05 anos:

Sindicâncias:



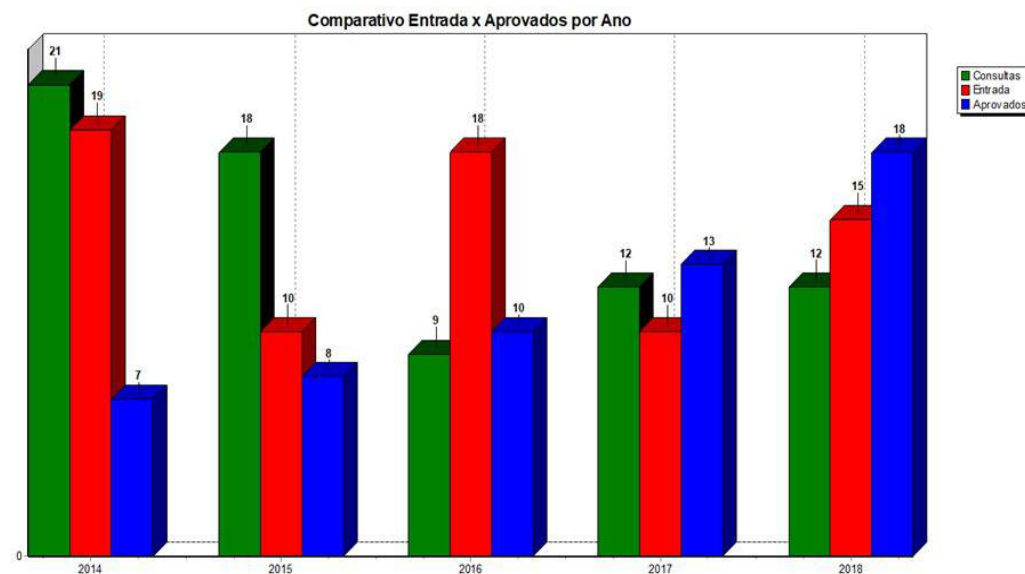
Processos Ético-Profissionais



Além das reuniões de julgamentos e sindicâncias, os Conselheiros reúnem-se em comissões, plenárias, assembleia geral e diretoria para tomada de diretrizes internas e externas.



Processos Consulta



Em 2019, espera-se que o CREMESE aumente os resultados apresentados à sociedade, em especial, porque a nova Gestão pretende desenvolver as estruturas de Governança e Planejamento, de forma a contribuir para a definição dos objetivos estratégicos do órgão, bem como desenvolver os melhores caminhos para o seu alcance.

ALOCÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão Orçamentária e Financeira

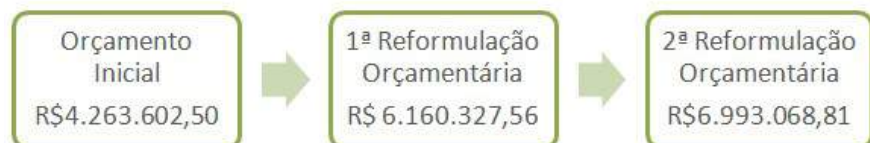
Em 2018, arrecadamos R\$6.489.321,91, representando 92,79% da receita orçada e crescimento de 64% em relação a arrecadação anterior, esse resultado foi alcançado devido às ações referentes à fiscalização, cobrança de dívida ativa e período eleitoral interno. Do valor arrecadado, recebemos R\$1.344.954,08 do Conselho Federal de Medicina, referentes aos Projetos firmados.

ARRECAÇÃO TOTAL EM 2018



A previsão orçamentária para o exercício 2018 foi fixada através da Resolução CFM nº 2.176 de 14 de dezembro de 2017, publicado no DOU em 20 de dezembro de 2017, Seção I, p. 139-140. Nossa receita não depende de repasses da União e as nossas atividades são financiadas com recursos provenientes da arrecadação das anuidades, multas e serviços.

REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



As reformulações orçamentárias são autorizadas por Resolução e devem ser aprovadas em Plenário. Nesse Exercício fizemos duas reformulações orçamentárias, a primeira suplementação, realizada em janeiro, para inclusão do valor doado pelo CFM, através do Projeto Investimentos, direcionado à reforma e ampliação da Sede do CREMESE e a segunda, em setembro, pelo excesso de arrecadação.

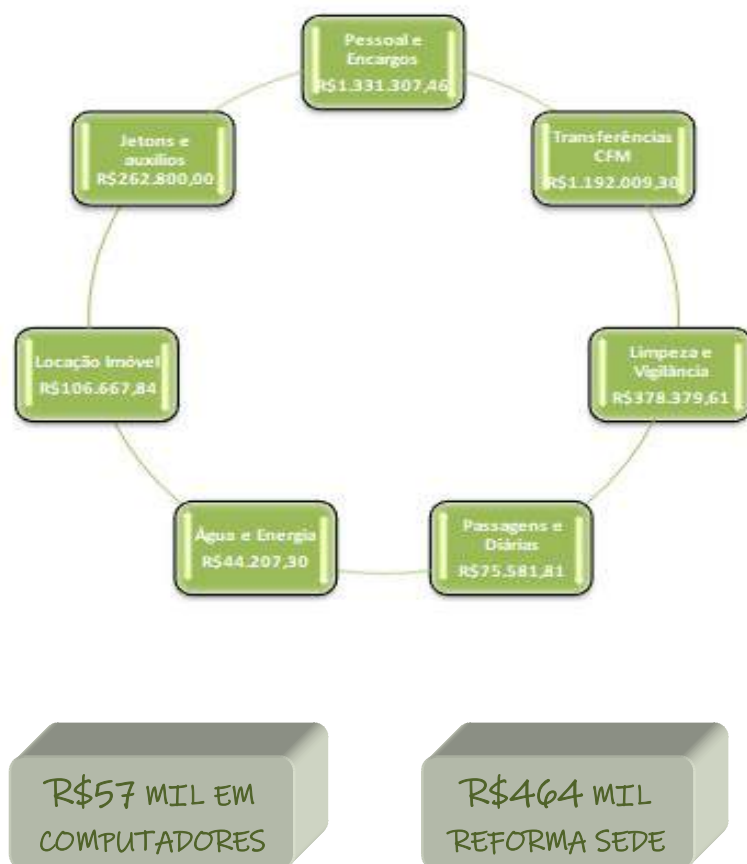
COBRANÇA

O Setor de Cobranças é a área responsável pelas cobranças administrativas das anuidades devidas pelos profissionais e empresas inscritos. Além disso, analisa e executa os pedidos de parcelamento e remissões de débitos.



DESPESAS

O valor pago em 2018 totalizou R\$4.465.789,46 milhões, sendo a diferença entre o valor empenhado e pago de R\$ 18.452,42 que foram classificados como Restos a Pagar Processados. Em virtude das demandas judiciais foram pagos o montante de R\$80.458,82, referentes ao processo de devolução das salas do Oviêdo Teixeira e residual do processo da J.J. Construtora.



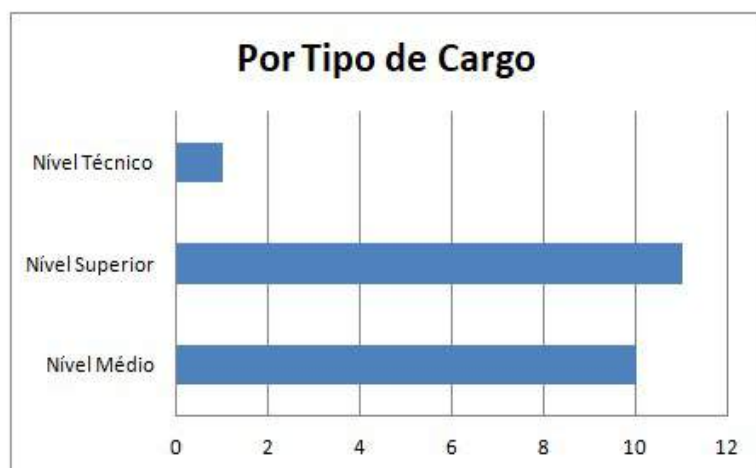
Gestão de Pessoas

Nosso quadro de pessoal é composto por 22 cargos, sendo um cargo em suspenso por mandato eletivo.

Força de Trabalho do CREMESE

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funcionários			-	-
1.1. Funcionários de carreira	20	13	-	-
1.2. Funcionários contratação simplificada	6	6	-	-
1.3. Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	1	1	-	-
1.4. Funcionários ocupantes de cargos em comissão – livre provimento	2	2	-	1
1.5. Funcionários com contratos temporários	6	6	-	-
Total de Servidores	35	28	-	1





O Recrutamento externo para quadro efetivo do CREMESE é obtido por meio de concurso em perfis de competências (art. 37, II, CF), e o contrato é firmado com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT. Em relação aos cargos/funções de livre provimento de natureza técnica ou gerencial tem seus perfis de competências instituídos por meio de Resolução.

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo e inativo)

EVENTO	2016	2017	2018	TOTAL
PROVENTOS	R\$ 1.039.127,95	R\$ 1.019.869,95	R\$ 975.936,39	R\$ 3.034.934,29
DESCONTOS	R\$ 332.575,31	R\$ 338.338,83	R\$ 308.712,62	R\$ 979.626,76
LÍQUIDO	R\$ 706.552,64	R\$ 681.531,12	R\$ 667.223,77	R\$ 2.055.307,53

Considerando os três últimos anos houve um decréscimo nas despesas com pessoal em função de suspensão de contrato de trabalho por mandato eletivo (médico fiscal outubro/2016) e demissão por falecimento (secretária geral maio/2017), além do que os percentuais dos reajustes salariais concedidos (INPC) foram reduzidos neste período, sendo de 11,28% em 2016, 5,43% em 2017 e finalmente 2,06% em 2018.

Capacitação de pessoal

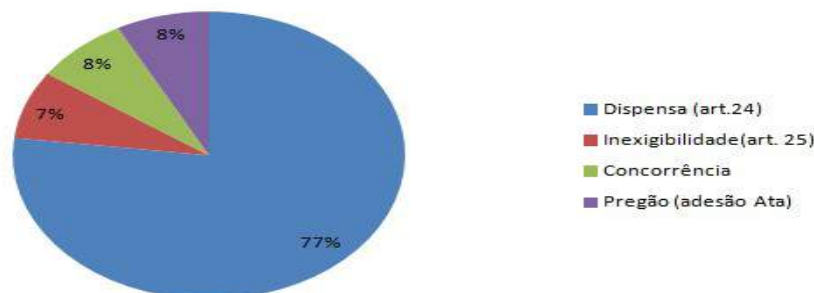
O CREMESE não possui um programa de capacitação continuada, portanto as capacitações fornecidas estão ligadas diretamente ao desempenho de atividades em comissões específicas, às solicitações individuais e mudanças em legislação aplicada às rotinas de trabalho. Internamente são ministrados mini-cursos para atualização de manuais relacionados ao setor de inscrição. Os empregados também são incentivados a se especializarem por meio de cursos on-line.

Ref.	Abordagem	Lotação	Part.	Local
Maio	Eleições CRM	Sec. Geral	4	Brasília/DF
Junho	Nova DCTF WEB	Tesouraria/Pessoal	2	Aracaju/SE
Julho	Licitação	CPL	2	Aracaju/SE
Agosto	Gestão e Fisc Contratos	Gestão Contratos	1	Brasília/DF

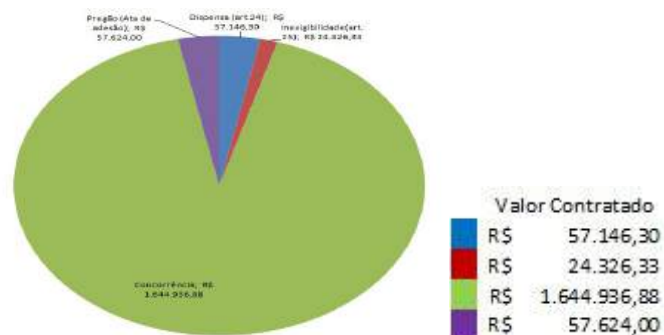
Out	E-Social	Setor de Pessoal	1	Aracaju /SE	
	Novo Manual Procedimentos	Setor de inscrição	11	Aracaju/SE interno)	(curso
Nov	Novo Manual Procedimentos	Setor de inscrição	11	Aracaju/SE interno)	(curso
Dez	Novo Manual Procedimentos	Setor de inscrição	11	Aracaju/SE interno)	(curso

Gestão de Licitações e Contratos

Por modalidade de contratação



Por valor de contratação



Gestão de Tecnologia da Informação

A Gestão da Tecnologia da Informação no CREMESE fica a cargo do Setor de Tecnologia da Informação (STI), que é responsável por inovar, aprimorar, implementar e gerenciar sistemas informatizados e cuidar para que esses sistemas sejam seguros e amigáveis para os usuários. Definir estratégias de uso dos recursos de informática para garantir o melhor desempenho de cada setor, além de diagnosticar disfunções do sistema, solucionar problemas de rede e escolher os projetos de informática a serem adotados.

Recursos aplicados em T.I.

Especificação	Valor
Serviço de Internet (link)	R\$ 1.682,40
Compra de Equipamentos	R\$ 57.624,00
Manutenção de equipamentos	R\$ 2.560,00
Aquisição e manutenção de Sistemas	R\$ 36.256,65
Total	R\$ 98.122,65

A aquisição mais relevante em 2018 foi a compra dos 15 computadores para substituir os equipamentos antigos, destaca-se por aumentar a segurança uma vez que os antigos possuíam sistema operacional obsoleto, sujeito a ataques por terem sido descontinuados pelo fabricante e a falhas pela incompatibilidade dos programas utilizados devido a evolução tecnológica. Além de proporcionar um tempo de resposta melhor no desenvolvimento das atividades dos funcionários.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI



Sistema	CR-Virtual
Objetivo:	Controle das fiscalizações executadas pelo CREMESE
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Controle das fiscalizações realizadas alimentando o banco de dados de nacional de fiscalização
Informações Adicionais	Sistema contratado pelo CFM e fornecido ao CREMESE.

Sistema	Sistema de Folha de Pagamento
Objetivo:	Controle e processamento da Folha de Pagamento da instituição
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Controle dos Servidores em todos os estágios legais e gerenciais, documento de emissão obrigatória para efeito de pagamento de pessoal, de fiscalização trabalhista e previdenciária
Informações Adicionais	Fornecido pela empresa DIRETRIZ

Sistema	GLPI
Objetivo:	Gestão de ativos e Help Desk
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Média
Principais funções	Criação de uma base de dados com histórico de atendimentos realizados, evitando perda de informação; supervisionar tarefas delegadas e controlar prazos de execução
Informações Adicionais	Sistema <i>Open-Source</i> implementado pela TI do CREMESE

Sistema	Novo SGA
Objetivo:	Gestão de Gerenciamento de Atendimento
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Oferece o controle de filas de atendimento através de emissão de senhas e chamada das mesmas através de painéis, apresenta uma série de recursos que auxiliam na gerência e administração das unidades de atendimento
Informações Adicionais	Sistema <i>Open Source</i> implementado pela TI do CREMESE

Sistema	Ponto ALL
Objetivo:	Controle de Ponto
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Gerenciamento de controle de ponto
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Henry

Sistema	Sistema de Gestão Integrada
Objetivo:	Registro integrado das informações financeiras, contábeis, diárias, passagens, almoxarifado, patrimônio e portal da transparência
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Registro contábil, controle da execução orçamentária, controle e realização de todos os pagamentos, controle do almoxarifado, controle dos bens patrimoniais e geração de depreciação e amortização pertinentes aos bens registrados, registro das passagens, das diárias e dos Jetons e publicações no portal da Transparência
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Implanta Informática

Sistema	SIEM – Sistema Integrado dos Conselhos de Medicina
Objetivo:	Cadastro dos médicos, das empresas médicas, do controle de documentos, do cadastro de sindicâncias, processos éticos, processos administrativos e cadastro da arrecadação e da dívida ativa.
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Banco de dado com informações sobre os médicos e as empresas médicas do estado de Sergipe
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Sistema	Carteira Nacional do Médicos
Objetivo:	Gerar a carteira Nacional dos médicos
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Captura dos dados biométricos dos médicos, solicitar a emissão da carteira Nacional dos Médicos e fornecer esta carteira, possui interação com o sistema de Cadastro dos médicos do SIEM
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Principais ações futuras:

- ✓ Implantação da plataforma de serviços via web;
- ✓ Implantação do Sistema Eletrônico de Processos Éticos;
- ✓ Elaboração do Plano Estratégico de TI – PETI;
- ✓ Aquisição de um Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED;
- ✓ Contratação de Link dedicado de acesso à internet;
- ✓ Aquisição de novos servidores para processamento e armazenamento;
- ✓ Sistema de registro das entrevistas da Pesquisa de Satisfação dos Médicos;
- ✓ Regularizar e Adquirir licenças dos softwares em produção.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, através da sua contabilidade, encontra-se com todos os registros de acordo com o Plano de Contas e Dispositivos da Legislação vigente, aplicáveis aos entes Fiscalizadores das Profissões regulamentadas e acobertados por parecer da Auditoria Interna do CFM – Conselho Federal de Medicina.

A contabilidade do CREMESE mantém todos os lançamentos classificados e digitados em sistema próprio, com objetivo de gerar os relatórios: Balancete, Balanços, Diário e Razão, devidamente arquivados digitalmente.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, conforme art. 105 da Lei 4.320/64 demonstra o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial, e também as contas de compensação. O referido balanço é o quadro da contabilidade que possui duas seções, o ativo e o passivo, em que se distribuem os elementos do patrimônio público, igualando-se as duas somas com a conta patrimônio líquido (Ativo real líquido) no caso de gerar superávit, ou passivo real descoberto, quando apresentar déficit patrimonial.

ATIVO		
Especificação	Exercício 2018	Exercício 2017
ATIVO CIRCULANTE (AC)	2.623.905,73	608.427,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.038.957,49	298.381,74
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.557.219,56	287.533,59
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	27.728,68	22.511,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00

ATIVO		
Especificação	Exercício 2018	Exercício 2017
ATIVO NÃO-CIRCULANTE (AñC)	3.098.456,05	2.672.445,80
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	75.198,80	75.198,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	75.198,80	75.198,80
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO	3.023.257,25	2.597.247,00
BENS MÓVEIS	1.400.319,27	1.342.695,27
BENS IMÓVEIS	3.670.993,58	3.176.408,92
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.048.055,60C	1.921.857,19C
INTANGÍVEL	0,00	0,00

PASSIVO		
Especificação	Exercício 2018	Exercício 2017
PASSIVO CIRCULANTE	295.335,47	222.667,64
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	35.320,69	156,49
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	18.452,42	79.515,40
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.146,92	18,13
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.674,03	462,33
PROVISÕES A CURTO PRAZO	109.760,87	97.338,91
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	126.980,54	45.176,38

Avaliação da Gestão:

O saldo patrimonial em 2018, apurado em R\$4.202.532,92, comparado com o do exercício anterior, no valor de R\$2.992.439,03, apresentou um acréscimo de 71%, decorrente do superávit financeiro.

Indicadores do Balanço Patrimonial:

Indicador	Unidade de medida	2018	2017
Situação Financeira	R\$	1,89	3,46
Situação Permanente	R\$	27,79	26,91
Resultado Patrimonial	R\$	19,37	14,73

Quociente da Situação Financeira:

Ativo Financeiro
Passivo Financeiro

“O resultado deste quociente deve ser analisado observando os seguintes detalhes: Entretanto, sendo menor do que 1, será considerado negativo: todavia, há que se verificar se existe algum convênio registrado nas contas de compensação como direito contratual que não tenha sido realizado no exercício, mas com potencial para ser recebido em curto prazo, já que esse registro não consta do ativo financeiro e cuja despesa já tenha sido empenhada, causando a distorção no resultado desse quociente. Essa informação é importante, pois ajudará na análise e interpretação mais correta desse resultado (KOHAMA, 2000, p.175).”

Situação Financeira – representam normalidade, pois os resultados encontrados no período de 2018 foram maiores do que 1, ou seja, o ativo financeiro é maior do que o passivo financeiro, representando um superávit financeiro.

Quociente da Situação Permanente:

Ativo Permanente
Passivo Permanente

“Esse quociente demonstrará o resultado da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente. O resultado esperado é que seja maior do que 1 ou, pelo menos, 1 (KOHAMA, 2000, p.176).”

Situação Permanente – refletiu que o ativo permanente é maior que o passivo permanente, portanto apresenta um superávit na parte permanente do Balanço Patrimonial. Essa situação patrimonial reflete que o grau de endividamento é inferior a soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo.

Quociente do Resultado Patrimonial:

Soma do Ativo Real
Soma do Passivo Real

“Observação: No caso do quociente apresentar o resultado menor do que 1, há que se verificar na Demonstração das Variações Patrimoniais as causas que originaram esse efeito patrimonial negativo (KOHAMA, 2000, p.183).

Resultado Patrimonial – todos os exercícios analisados apresentaram superávit patrimonial, o que é considerado positivo como resultado do Balanço Patrimonial. Esse fato é explicado devido à inexistência de dívida fundada.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário está fundamentado no art. 102 da Lei nº 4.320/64, e demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Este demonstrativo é um quadro de contabilidade com duas seções, nas quais se distribuem não só as receitas previstas no orçamento, como também as realizadas e, identicamente, as despesas fixadas e as realizadas, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto e o realizado, déficit ou superávit.

CRM/SE

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

CNPJ: 73.757.494/0001-27

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	4.263.602,50	5.021.343,75	4.622.595,93	-398.747,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.895.000,00	3.585.264,07	3.412.483,18	-172.780,89
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	2.895.000,00	3.585.264,07	3.412.483,18	-172.780,89
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.330.000,00	2.775.122,07	2.676.397,63	-98.724,44
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	565.000,00	810.142,00	736.085,55	-74.056,45
RECEITAS PATRIMONIAIS	60.500,00	35.500,00	28.396,70	-7.103,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	60.500,00	35.500,00	28.396,70	-7.103,30
RECEITAS DE SERVIÇOS	234.400,00	432.209,00	427.092,23	-5.116,77
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	50,00	10,21	-39,79
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	234.400,00	432.159,00	427.082,02	-5.076,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	848.902,50	834.026,62	650.525,41	-183.501,21
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	848.902,50	834.026,62	650.525,41	-183.501,21
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	848.902,50	834.026,62	650.525,41	-183.501,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	224.800,00	134.344,06	104.098,41	-30.245,65
MULTAS E JUROS DE MORA	94.800,00	134.344,06	104.095,09	-30.248,97
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	51.000,00	116.344,06	99.830,41	-16.513,65
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	25.800,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	18.000,00	18.000,00	4.264,68	-13.735,32
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	130.000,00	0,00	0,00	0,00



CRM/SE

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			130.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS			0,00	0,00	3,32	3,32
RECEITA DE CAPITAL			30.000,00	1.971.725,06	1.866.725,98	-104.999,08
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			30.000,00	1.971.725,06	1.866.725,98	-104.999,08
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			30.000,00	1.971.725,06	1.866.725,98	-104.999,08
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM			30.000,00	1.971.725,06	1.866.725,98	-104.999,08
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			4.293.602,50	6.993.068,81	6.489.321,91	-503.746,90
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			4.293.602,50	6.993.068,81	6.489.321,91	-503.746,90
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	4.293.602,50	6.993.068,81	5.708.735,27	4.484.241,88	4.465.789,46	1.284.333,54
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	4.106.510,00	4.764.251,25	3.973.674,39	3.932.033,22	3.913.580,80	790.576,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.516.600,00	1.600.262,60	1.331.307,46	1.331.307,46	1.331.307,46	268.955,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.516.600,00	1.600.262,60	1.331.307,46	1.331.307,46	1.331.307,46	268.955,14
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.172.800,00	992.800,00	864.737,76	864.737,76	864.737,76	128.062,24
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	304.500,00	377.500,00	346.525,74	346.525,74	346.525,74	30.974,26
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	28.000,00	133.000,00	120.043,96	120.043,96	120.043,96	12.956,04
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	11.000,00	10.290,00	0,00	0,00	0,00	10.290,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	86.372,60	0,00	0,00	0,00	86.372,60
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.589.910,00	3.163.988,65	2.642.366,93	2.600.725,76	2.582.273,34	521.621,72
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.055.610,00	1.370.927,15	1.192.471,63	1.192.471,63	1.192.471,63	178.455,52
CONTRIBUIÇÕES	1.055.610,00	1.370.464,82	1.192.009,30	1.192.009,30	1.192.009,30	178.455,52



CRM/SE

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	462,33	462,33	462,33	462,33	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.534.300,00	1.793.061,50	1.449.895,30	1.408.254,13	1.389.801,71	343.166,20
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00	37.000,00	19.260,00	19.260,00	19.260,00	17.740,00
MATERIAL DE CONSUMO	75.400,00	54.367,67	15.418,61	15.418,61	15.418,61	38.949,06
PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESPORT., E OUTRAS	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	80.050,00	49.890,00	32.871,81	32.871,81	32.871,81	17.018,19
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	205.150,00	523.258,38	419.935,78	403.895,24	396.395,24	103.322,60
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	315.000,00	418.130,00	402.092,56	384.492,61	378.379,61	16.037,44
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	571.500,00	669.715,45	538.322,71	530.322,03	525.482,61	131.392,74
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	17.500,00	22.500,00	16.342,00	16.342,00	16.342,00	6.158,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	500,00	281,70	281,70	281,70	218,30
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	209.600,00	17.600,00	5.370,13	5.370,13	5.370,13	12.229,87
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	187.092,50	2.228.817,56	1.735.060,88	552.208,66	552.208,66	493.756,68
INVESTIMENTOS	187.092,50	2.228.817,56	1.735.060,88	552.208,66	552.208,66	493.756,68
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	187.092,50	2.228.817,56	1.735.060,88	552.208,66	552.208,66	493.756,68
OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00	1.926.725,06	1.677.436,88	494.584,66	494.584,66	249.288,18
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	127.092,50	302.092,50	57.624,00	57.624,00	57.624,00	244.468,50
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	4.293.602,50	6.993.068,81	5.708.735,27	4.484.241,88	4.465.789,46	1.284.333,54
SUPERÁVIT	0,00	0,00	780.586,64	0,00	0,00	-780.586,64
TOTAL	4.293.602,50	6.993.068,81	6.489.321,91	4.484.241,88	4.465.789,46	503.746,90

Avaliação da Gestão:

Do orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, previsto para o exercício de 2018, no montante de R\$6.993.068,81, as receitas apuradas totalizaram R\$6.489.321,91, ou seja, 92,79% do previsto, enquanto que as

despesas liquidadas totalizam R\$4.484.241,88, representando 64% do orçamento previsto.

Indicadores do Balanço Orçamentário:

Indicador	Unidade de medida	2018	2017
Execução da Receita	R\$	0,92	0,58
Equilíbrio Orçamentário	R\$	1,00	1,00
Execução da Despesa	R\$	0,63	0,81
Resultado Orçamentário	R\$	1,13	1,03

Análise através de indicadores do Balanço Orçamentário:

Quociente de Execução da Receita: $\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}}$

“Esse quociente indica o quanto foi realizado de Receita Executada em comparação com a Receita Prevista, e o resultado normal deverá ser 1 ou maior ou menor do que 1, porém próximo de 1, ou seja, evidenciando que a Receita Executada esteve próxima da Receita Prevista. Caso seja muito acima ou abaixo de 1, deve-se procurar as causas e possíveis justificativas convincentes (KOHAMA, 2000, p.145).”

Os valores do Índice de Execução da Receita obtidos para essa série demonstram que a receita executada está em nível considerado abaixo do normal (próximo de 0,92). Logo, a deficiência na arrecadação desse exercício foi na ordem de R\$503.746,90, o que representa 0,92%.

Quociente do Equilíbrio Orçamentário: $\frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Receita Prevista}}$

“Esse quociente deve demonstrar quanto a Despesa Fixada é maior do que a Receita Prevista, pois revelará também o quanto foi aberto de Crédito Adicional, e o resultado normal será 1 ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, a tendência é de considerá-lo normal, entretanto, deverá ser uma hipótese, na atualidade, atípica, que precisa ser verificada (KOHAMA, 2000, p.146).”

- Equilíbrio Orçamentário – para cada R\$ 1,00 de receita orçamentária prevista foram utilizados R\$ 1,00 de despesa orçamentária fixada, não apresentando déficit de receita, em relação à despesa fixada.

Quociente da Execução da Despesa: $\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}}$

“Esse quociente deve demonstrar quanto da Despesa Fixada foi utilizado em Despesa Executada, e o resultado menor do que 1 será considerado normal. Dificilmente ocorrerá um resultado 1 e jamais poderá ser maior do que 1, porque, nesse caso, executar-se-á despesa sem autorização (KOHAMA, 2000, p.147-8).”

- Execução de Despesas – para cada R\$ 1,00 de despesa orçamentária fixada, apresentou economia orçamentária correspondente em 2018 a 0,63% ou R\$2.527.279,35.

Quociente do Resultado Orçamentário: $\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$

“Esse quociente deve demonstrar quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada” (KOHAMA, 2000, p.148).”

Resultado Orçamentário – Em 2018 a receita executada cobriu as despesas executadas, ocorrendo um Superávit de execução orçamentária de R\$2.023.532,45. A análise dos resultados do Balanço Orçamentário demonstra

eficiência das ações com a utilização dos recursos, apresentando uma situação

Superavitária.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

CRM/SE
 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE
 CNPJ: 73.757.494/0001-27

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	6.489.321,91	3.956.782,17	Despesa Orçamentária	5.708.735,27	4.032.295,96
RECEITA REALIZADA	6.489.321,91	3.956.782,17	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.224.493,39	65.766,42
RECEITA CORRENTE	4.622.595,93	3.956.782,17	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	18.452,42	68.256,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.412.483,18	2.913.914,41	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	4.465.789,46	3.898.273,38
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	3.412.483,18	2.913.914,41	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	3.913.580,80	3.836.997,86
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.676.397,63	2.337.588,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.331.307,46	1.409.022,69
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	736.085,55	576.326,25	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.331.307,46	1.409.022,69
RECEITAS PATRIMONIAIS	28.396,70	51.231,71	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	864.737,76	949.254,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	28.396,70	51.231,71	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	346.525,74	294.073,90
RECEITAS DE SERVIÇOS	427.092,23	310.217,76	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	120.043,96	19.072,11
SERVIÇOS FINANCEIROS	10,21	5,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.582.273,34	2.427.975,17
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	427.082,02	310.212,76	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.192.471,63	1.014.875,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	650.525,41	615.027,19	CONTRIBUIÇÕES	1.192.009,30	1.014.875,95
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	650.525,41	615.027,19	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	462,33	
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	650.525,41	615.027,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.389.801,71	1.413.099,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.098,41	66.391,10	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	19.260,00	38.480,00
MULTAS E JUROS DE MORA	104.095,09	60.142,22	MATERIAL DE CONSUMO	15.418,61	16.423,03

CRM/SE

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	99.830,41	54.386,35	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.871,81	66.567,26
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	4.264,68	5.755,87	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	396.395,24	199.595,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.248,56	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	378.379,61	364.036,66
RESTITUIÇÕES		6.248,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	525.482,61	479.974,81
RECEITAS DIVERSAS	3,32	0,32	AUXÍLIO TRANSPORTE	16.342,00	18.381,00
RECEITA DE CAPITAL	1.866.725,98		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	281,70	489,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.866.725,98		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.370,13	229.136,49
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.866.725,98		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	552.208,66	61.275,52
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	1.866.725,98		INVESTIMENTOS	552.208,66	61.275,52
			INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	552.208,66	61.275,52
			OBRAS E INSTALAÇÕES	494.584,66	54.900,00
			EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.624,00	6.375,52
			DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		27.197,65
			SENTENÇAS JUDICIAIS		119.424,64
			OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		14,80
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	7.676.249,13	5.485.601,39	Pagamentos Extraorçamentários	7.625.332,04	5.425.544,12
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.224.493,39	65.766,42	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	64.266,42	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	18.452,42	68.256,16	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	70.313,16	82.234,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	152.146,50	137.029,02	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	139.815,54	137.029,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.281.156,82	5.214.549,79	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.350.936,92	5.206.280,69
Saldo em espécie do Exercício Anterior	298.381,74	313.838,26	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	1.129.885,47	298.381,74
Caixa e Equivalente de Caixa	298.381,74	313.838,26	Caixa e Equivalente de Caixa	1.038.957,49	298.381,74
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	90.927,98	
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	14.463.952,78	9.756.221,82		14.463.952,78	9.756.221,82

Avaliação da Gestão:

O Balanço Financeiro no exercício de 2018 apresenta o valor do saldo transferido do exercício anterior de R\$298.381,74. Ao longo do exercício ocorreram recebimentos e pagamentos, demonstrando na sua equação, um

equilíbrio nas entradas e saídas os quais resultaram em saldo final no montante de R\$1.038.957,49, que representa o saldo financeiro a ser transferido para o exercício de 2019.

Indicadores do Balanço Financeiro:

Nome do Indicador	Unidade de medida	2018	2017
Execução Orçamentária	R\$	1,13	0,98
Financeiro Real da Exec Orçamentária	R\$	1,45	1,02
Resultado dos Saldos Financeiros	R\$	3,48	0,95

Análise através de indicadores do Balanço Financeiro:

Quociente da Execução Orçamentária: $\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$

“Esse quociente deve demonstrar quanto a receita orçamentária representa para o pagamento da despesa orçamentária” (KOHAMA, 2000, p.159).”

Execução Orçamentária – o índice de Execução Orçamentária do ano é maior do que 1, logo demonstra a existência de um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:

$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$

“Observação: Despesa Orçamentária Paga = Despesa Orçamentária – (Restos a Pagar Inscritos no exercício + Serviço da Dívida a Pagar, que passa para o exercício seguinte)”. (KOHAMA, 2000, p.159). Dever-se-á considerar normal o resultado 1 e bom o maior do que 1. Caso o resultado seja menor do que 1, deve ser considerado preocupante, pois a receita arrecadada será menor do que a despesa paga, pressupondo-se a utilização de recursos financeiros provenientes da receita extra-orçamentária para sua cobertura (KOHAMA, 2000, p.160).”

Financeiro Real da Execução Orçamentária - o índice apurado do ano é maior do que 1, assim, demonstra um superávit na execução orçamentária e financeira.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros: $\frac{\text{Saldo do exercício seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$

“Tenderá a ser considerado normal o resultado de 1, ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, deve-se verificar se as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem extra-orçamentária, para se ter melhor base de análise e interpretação (KOHAMA, 2000, p.166).”

Resultado dos Saldos Financeiros – apresentou no exercício de 2018 um resultado maior que 1, com um aumento de disponibilidade, demonstrando uma redução do Passivo Financeiro e aumento das disponibilidades existentes no exercício.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Nossa demonstração dos fluxos de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços. As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pela instituição financeira oficial Banco do Brasil, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

CRM/SE

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

CNPJ: 73.757.494/0001-27

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	4.622.595,93	3.956.782,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.412.483,18	2.913.914,41
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	3.412.483,18	2.913.914,41
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.676.397,63	2.337.588,16
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	736.085,55	576.326,25
RECEITAS PATRIMONIAIS	28.396,70	51.231,71
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	28.396,70	51.231,71
RECEITAS DE SERVIÇOS	427.092,23	310.217,76
SERVIÇOS FINANCEIROS	10,21	5,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	427.082,02	310.212,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	650.525,41	615.027,19
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	650.525,41	615.027,19
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	650.525,41	615.027,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.098,41	66.391,10
MULTAS E JUROS DE MORA	104.095,09	60.142,22
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	99.830,41	54.386,35
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	4.264,68	5.755,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	6.248,56
RESTITUIÇÕES	0,00	6.248,56
RECEITAS DIVERSAS	3,32	0,32
OUTROS INGRESSOS	6.433.303,32	5.351.578,81
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	3.913.580,80	3.836.997,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.331.307,46	1.409.022,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.331.307,46	1.409.022,69
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	864.737,76	949.254,39
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	346.525,74	294.073,90
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	120.043,96	19.072,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.582.273,34	2.427.975,17
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.192.471,63	1.014.875,95
CONTRIBUIÇÕES	1.192.009,30	1.014.875,95
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	462,33	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.389.801,71	1.413.099,22
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	19.260,00	38.480,00
MATERIAL DE CONSUMO	15.418,61	16.423,03
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.871,81	66.567,26
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	396.395,24	199.595,37
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	378.379,61	364.036,66
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	525.482,61	479.974,81
AUXÍLIO TRANSPORTE	16.342,00	18.381,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	281,70	489,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.370,13	229.136,49



	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	0,00	27.197,65
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	119.424,64
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	14,80
OUTROS DESEMBOLSOS	7.715.319,77	5.425.544,12
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-573.001,32	45.819,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.866.725,98	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.866.725,98	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	1.866.725,98	0,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	552.208,66	61.275,52
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	552.208,66	61.275,52
OBRAS E INSTALAÇÕES	494.584,66	54.900,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.624,00	6.375,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.314.517,32	-61.275,52
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	741.516,00	-15.456,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	298.381,74	313.838,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.039.897,74	298.381,74

Aracaju-SE, 31 de dezembro de 2018

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com art. 104 da Lei nº. 4.320/64 evidencia as alterações que ocorreram no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará também o resultado patrimonial do respectivo exercício. Apresenta também as modificações registradas do ponto de vista contábil, em duas seções: variações ativas e variações passivas.



CRM/SE

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

CNPJ: 73.757.494/0001-27

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	6.515.061,73	3.969.461,06	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	4.146.240,87	5.942.703,58
CONTRIBUIÇÕES	3.412.483,18	2.913.914,41	PESSOAL E ENCARGOS	1.494.290,53	1.646.904,75
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	3.412.483,18	2.913.914,41	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.043.003,04	1.259.871,92
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	3.412.483,18	2.913.914,41	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	1.043.003,04	1.259.871,92
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	427.082,02	310.212,76	ENCARGOS PATRONAIS	300.726,38	246.489,68
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	427.082,02	310.212,76	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	234.233,19	180.688,38
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	427.082,02	310.212,76	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	66.493,19	65.801,30
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	128.237,32	105.623,06	BENEFÍCIOS A PESSOAL	150.561,11	140.543,15
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	10,21	5,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	150.561,11	140.543,15
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	10,21	5,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.452.706,56	3.029.138,26
JUROS E ENCARGOS DE MORA	99.830,41	54.386,35	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	26.739,47	20.633,82
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	99.830,41	54.386,35	CONSUMO DE MATERIAL	26.739,47	20.633,82
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28.396,70	51.231,71	SERVIÇOS	1.299.768,68	1.086.647,25
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	477,23	DIÁRIAS	42.710,00	95.695,00
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28.396,70	50.754,48	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	380.745,24	151.983,10
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.517.251,39	615.027,19	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	876.313,44	838.969,15
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	2.517.251,39	615.027,19	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	126.198,41	1.921.857,19
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS - INTRA-CONSELHOS	2.517.251,39	615.027,19	DEPRECIACAO	126.198,41	1.921.857,19
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	16.537,58	1,98	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	773,80	14,80
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1,98	JUROS E ENCARGOS DE MORA	773,80	14,80
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	1,98	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	0,00	14,80
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	16.537,58	0,00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	773,80	0,00
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	16.537,58	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.192.471,63	1.014.875,95
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.470,24	24.681,66	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.192.471,63	1.014.875,95
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.470,24	24.681,66	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.192.471,63	1.014.875,95
MULTAS ADMINISTRATIVAS	4.264,68	5.755,87	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	0,00	14.368,47

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES	3,32	6.248,88	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E PROVISÃO PARA PERDAS	0,00	14.368,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	9.202,24	12.676,91	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	0,00	14.368,47
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.998,35	237.401,35
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.998,35	237.401,35
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	5.998,35	237.401,35
Total das Variações Ativas :	6.515.061,73	3.969.461,06	Total das Variações Passivas :	4.146.240,87	5.942.703,58
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício		1.973.242,52	Superávit do Exercício	2.368.820,86	
Total	6.515.061,73	5.942.703,58	Total	6.515.061,73	5.942.703,58

Aracaju-SE, 31 de dezembro de 2018

Avaliação da Gestão:

O resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciou nas alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução

orçamentária, o superávit patrimonial no exercício a importância de R\$2.368.820,86.

Notas Explicativas

Ativo Circulante

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui aplicação financeira de curto prazo com rentabilidade diária, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações financeiras de liquidez imediata são mensurados e estão demonstrados pelo valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial. As aplicações são efetuadas junto ao Banco do Brasil e representam 100% do montante.

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Valores a receber do Conselho Federal de Medicina referente aos Projetos Investimentos, 8,33%, Educação Médica Continuada e Fiscalização e ressarcimento de cota-parte repassado ao CFM indevidamente.

Nota 3 – Estoques

Nossos estoques são formados basicamente com despesas de almoxarifado.

DEMONSTRATIVO DA CONTA: ALMOXARIFADO				
Saldo Anterior (31/12/17)	R\$	R\$	R\$	Saldo Atual (31/12/18)
22.511,96	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS (-)	ATUALIZAÇÕES (+)	27.728,68
	16.537,58	11.320,86	0,00	
TOTAL	16.537,58	11.320,86	0,00	27.728,68

Ativo Não - Circulante

Nota 4 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Ressalta-se que esses créditos representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em tomada de contas especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU (TC 010.523/2003-0), que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável e valores a receber do CFM referentes aos projetos firmados em 2018.

Nota 5 - Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada. Conforme Resolução CFM nº 2124/2015, que fixa as normas e procedimentos para controle, reavaliação, depreciação, amortização e inventário dos Bens Patrimoniais no âmbito dos Conselhos de Medicina, a estimativa da vida útil econômica do item do ativo é definida conforme o desgaste

físico (pelo uso ou não), geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica e deve-se verificar o tempo pelo qual o ativo manterá a sua capacidade de gerar benefícios à entidade, aspectos técnicos referentes ao desgaste e obsolescência e as limitações temporais exigidas por lei ou contrato, cujo tempo de vida útil não pode ser superior a esse prazo. A metodologia utilizada foi normatizada pelo §2º do Art. 87 da Resolução CFM nº 2124/2015 estabelecendo o método de cotas constantes.

BENS MÓVEIS - MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/2017	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS /ALIENAÇÃO (-)	REAVALIAÇÕES (+)	DEPRECIAÇÃO (-)	31/12/18
1.342.695,27	57.624,00	0		11.487,65	1.388.831,62
TOTAL	57.624,00	0		11.487,65	1.388.831,62

BENS IMÓVEIS - MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/17	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS /ALIENAÇÃO (-)	REAVALIAÇÕES (+)	DEPRECIAÇÃO (-)	31/12/18
31/12/18	494.584,66	0	0	114.350,46	3.556.643,12
TOTAL	494.584,66	0	0	114.350,46	3.556.643,12

Passivo Circulante

É registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratações junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros, de acordo com a legislação vigente.

Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Obrigações trabalhistas, referentes à folha salarial de dezembro de 2018, recolhidas em janeiro de 2019, conforme segue:

- FGTS: R\$5.601,15
- PIS: R\$700,14
- INSS: R\$29.019,40

Nota 7 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência.

Nº Liq./Canc	Data	V. Liquidação	V. Canc	Empenho	Favorecido	Lanc.C	D. Último Pgto	V.Pagamento	V.Estornado	Saldo a Pagar
2373	17/12/2018	6.113,00	0,00	58	COELCE SERVIÇOS EIRELI - EPP	9377		0,00	0,00	6.113,00
2337	21/12/2018	3.475,19	0,00	124	IMPLANTA INFORMÁTICA	9295		0,00	0,00	3.475,19
2335	21/12/2018	154,83	0,00	193	TELEMAR NORTE LESTE S/A.	9288		0,00	0,00	154,83
2334	21/12/2018	80,21	0,00	193	TELEMAR NORTE LESTE S/A.	9287		0,00	0,00	80,21
2336	21/12/2018	1.129,19	0,00	193	TELEMAR NORTE LESTE S/A.	9289		0,00	0,00	1.129,19
2393	31/12/2018	7.500,00	0,00	221	CONSELHEIROS	9501		0,00	0,00	7.500,00
Valor total da(s) liquidação(ões): 18.452,42										18.452,42
Total de liquidação(ões): 6										

Nota 8 – Obrigações de Repartição a Outros Entes

A provisão da Cota Parte ao CFM é calculada de acordo com a Lei nº 3.268/57, onde determina que pertence ao CFM 33,33% da receita bruta das anuidades, multas e expedições de carteiras e cédulas. A cota-parte é remetida diariamente ao CFM, de forma eletrônica e automática, pelo Banco do Brasil.

Nota 9 – Provisões a Curto Prazo

Esse valor é constituído mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CREMESE, bem como os respectivos encargos.

- PROVISÃO DE FÉRIAS – R\$70.660,58
- PROVISÃO DE INSS – R\$31.276,31
- PROVISÃO DE FGTS – R\$6.838,28
- PROVISÃO DE PIS/PASEP – R\$985,70

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Valor constituído de devolução de parte do repasse do projeto Fiscalização 2018 não utilizado e do montante de anuidades recebidas a maior ou em duplicidade.

Apuração do Resultado

Na consecução de seus objetivos o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, realizou suas despesas durante o exercício de 2018, sem extrapolar os limites permitidos, demonstrando entre a arrecadação e despesas realizadas um resultado superavitário e os índices utilizados demonstraram resultado de sustentabilidade financeira possibilitando à organização efetuar investimentos.

Declaração do Contador



Declaro que os demonstrativos contábeis apresentados (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), que estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10 Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Aracaju/SE, 21 de março de 2019.

George Mesquita Andrade

CRC nº 5252/O-7